

Testemunho de uma Vida Entremeada com a Política Nacional de Informática de 1970 a 1990

Jorge Monteiro Fernandes¹

1. Introdução: Espírito do Tempo

Tomei consciência do valor e importância da inovação e domínio de capacidade tecnológica quando trabalhei no Programa Espacial Brasileiro, de 1971 a 1972, ao conceber e desenvolver a primeira carga útil lançada ao espaço brasileiro, em 1974. Capacidade inovadora não apenas gera riqueza, renda e postos de trabalho que incluem, mas também poder econômico e militar. Nenhum povo ascendeu às primeiras posições de relevo geopolítico sem esta capacidade. A vivência no Grupo gerador da Política Nacional de Informática contribuiu para confirmar esta assertiva e ampliar minha consciência cidadã.

A crise do petróleo, ao impor ao governo o controle dos gastos em moeda forte e eleger atores responsáveis por esta missão, abre oportunidade ao Conselho da Capre, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (atual Ministério do Planejamento), de fazer política tecnológica em proveito de iniciativas nacionais. Ao ingressar no Conselho Plenário da Capre encontrei Ivan da Costa Marques, Mário Dias Ripper, Ricardo Saur, Dion de Mello Teles, Octávio Genari, Arthur Pereira Nunes... Fui atraído pelo grupo nacionalista, face ao posicionamento em proveito de desenvolvimento de capacidade inovadora nacional, mas convivia bem com todos. Em várias universidades e no Serpro existiam desenvolvimentos de produtos, alguns colocados no mercado. Essa conjuntura e a existência de idealistas no Conselho, denominados “guerrilheiros tecnológicos” por Adler [1], estudosos do processo, geram verdadeira revolução que explica o atual volume e qualidade das empresas e profissionais de TIC no cenário nacional [2].

2. O /32 da IBM: a “Virada de Mesa” no Planalto

A Capre ao ser designada gestora de “bolsa de dólares”, criada em decorrência da crise de petróleo de 1973, passou a agir dando prioridade às iniciativas nacionais, tais como o G10; outros tanto utilizando o Z80; e alguns produtos gerados em Departamento do Serpro. A empresa nacional Cobra já operava. A IBM, consciente das ameaças decorrentes dessas iniciativas e ações dos “guerrilheiros tecnológicos”, abrigados em grande parte na Capre, agiu estrategicamente ao fazer uso indevido de Guias Genéricas (uso previsto para suprir necessidades de manutenção) para importar e montar alguns computadores de pequeno porte, denominado /32, e os comercializar com instituições capazes de pressionar o governo, como o Ministério do Exército. Esta ação ameaçava às iniciativas nativas. O Conselho Plenário da Capre, com a intenção de negar autorização de comercialização do Sistema /32 da IBM e na falta de instrumentos legais que pudessem sustentar essa negativa, buscou apoio no Conselho de Desenvolvimento Econômico – CDE. A 17 de janeiro de 1977, o CDE emitiu a Resolução nº 05, estabelecendo os aspectos prioritários a serem observados no estabelecimento de projetos industriais na área de computação. As articulações se intensificam.

A estratégia deu certo!

Em maio de 1977, por convocação do então Ministro Reis Veloso, a quem se subordinava a Capre, realizou-se reunião no Palácio da Alvorada, com o propósito de discutir o conflito Capre X IBM com os integrantes do Conselho Plenário. Ao chegar ao Palácio do Planalto, conversei com o Ivan sobre a reunião e disse-me ele que apenas eu teria condições políticas de “enfrentar” o Ministro Veloso. Eu tinha informação segura da importação e montagem dos /32 pela IBM e que a mesma estava em posição forte perante o Governo. Para ter tempo de “sentir” a reunião, sentei-me à posição central da mesa, pois dificilmente seria um dos primeiros a falar. Abrindo a reunião, o Ministro declara que ouviria a posição de cada um dos integrantes e, após, se reuniria com os ministros que tinham representantes no Conselho.

¹ Engº. Eletrônico, formado pelo ITA, Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – CREA-DF, consultor - monteirofernandes@uol.com.br; www.jorgemfernandes.com.br

Tomando consciência que o processo proposto concedia situação privilegiada ao Veloso frente aos demais ministros, ao chegar a minha vez de expor, falei: - *Ministro, evidentemente não ponho em dúvida suas intenções, no entanto, o ministro do EMFA, Gen. Samuel Alves Corrêa, a quem represento neste Colegiado, instruiu-me a solicitar reunião similar com a presença de todos os ministros aqui representados. Assim, todos terão a oportunidade de ouvir “ao vivo” os argumentos de todos os membros do Conselho, o que permitirá a tomada de decisão em condição mais equânime.* Acabara de mentir, mas era a única maneira de ganhar tempo e mudar o curso dos fatos. O Ministro registrou com fala e gestos o impacto da minha proposta; e respondeu: - *Realmente é boa a sua sugestão, irei conversar com os demais ministros para marcar essa reunião.* Chegando ao EMFA, dirigi-me ao gabinete do Ministro. Ao entrar, disse-lhe: - *Ministro, acabo de mentir na reunião com o ministro Veloso. - Cel. Fernandes, o que o levou a faltar com a verdade?* - *Tem cinco minutos?* - *Sim.* Coloquei-o a par da reunião e de todo o contexto que me levara a mentir. Ao final, disse-lhe:

- *O Senhor tem duas alternativas quando o ministro Veloso ligar. Endossa a minha mentira ou me desautoriza e, consequentemente, me retira do Conselho da Capre e me pune.*
- *Endosso a sua posição.*
- *Ministro, além de confirmar a minha mentira deve agir estratégica e elegantemente para obter maior influência no processo.*
- *Por exemplo?*
- *Concedendo entrevista sobre o tema e daí em diante tem que ser mais pró-ativo no processo.*

O Ministro entrou em contato com o jornal O Globo, tendo sido marcada entrevista ao jornal e à TV. Dias depois, ao chegar o jornalista Ismar Cardona, editor econômico do O Globo, chamou-me ao seu gabinete. Lá chegando, disse-me que era eu quem daria a entrevista e poderia falar o que quisesse. Dei a entrevista para o jornal O Globo, no dia 4 de junho de 1977. A publicação ocorreu no dia seguinte com a seguinte chamada, na 1ª página - *Computadores: EMFA explica sua posição, na página 35 com alteração do verbo para justifica.* A entrevista para o jornal da TV Globo ocorreu dias depois, às 23 horas. A reunião com todos os ministros se deu na casa do ministro Veloso, na Vila Planalto. A primeira parte com a presença dos ministros e seus representantes no Conselho; após, durante almoço, a segunda só com os ministros. Ao voltar da reunião, o Gen. Samuel me chamou, relatou a reunião-almoço e comunicou que o ministro Veloso iria fazer proposta para resolver o impasse com a IBM. Passados alguns dias, o Gen. Samuel chamou-me e disse:

- *A decisão do Veloso é não dizer “não” a IBM, mas “sim” a outras iniciativas; ocupar o mercado com produtos nacionais em seis meses; e não poderia haver monopólio por empresa nacional.*
- *Ministro, estas condições conspiram contra o modelo, pois o prazo dado é exíguo e o Veloso sabe disto. Além do mais, distorce o modelo! Ganha, mas não leva! Existe espaço para negociar estas condições? - Infelizmente, não. Faça o que for possível. Mantenha-me informado.*

Como só existia a COBRA, foi necessária a edição pelo Conselho Plenário da CAPRE, a 1º de junho, da Resolução nº. 01/77, pela qual se aceitou, no prazo de 90 dias, propostas para fabricação de minicomputadores. Os critérios sob os quais as propostas foram analisadas constavam da Resolução nº. 05/77 do CDE, que serviu de suporte à da CAPRE. A conjuntura era adversa e pode ser descrita de forma sucinta: a única empresa nacional, a COBRA, além de deficitária, não desfrutava de posição relevante no mercado; empresas multinacionais operavam livremente no País, algumas inclusive com unidades fabris há décadas aqui instaladas, e a empresa e seus produtos desfrutavam de boa imagem; eram escassos os recursos humanos, em todos os níveis, para o setor de informática; o *G-10* necessitava de mais desenvolvimentos para ser colocado no mercado. Alguns desses óbices poderiam ter sido contornados por meio de uma política de longo prazo. O critério político estabelecido de o mercado ser atendido em seis meses impôs o abandono de soluções que careciam de prazo maior para maturação. Foram entregues à CAPRE quinze projetos, sete deles de empresários nacionais “comprando tecnologia”, duas associações entre empresário nacional e estrangeiro e seis de multinacionais sozinhas, dentre essas a IBM. O compromisso não escrito dessas empresas com a CAPRE fora de que a compra de pacote tecnológico completo seria feita uma única vez. Isto não ocorreu! Surge a RESERVA DE MERCADO sem planejamento estratégico, mas como uma resposta tática a uma ação da IBM e por imposição política de solução fadada ao insucesso. Ao assumir a Presidência da República em 1990, Collor encerrou à Reserva de Mercado.

3. O SOX, Joint-Venture Brasil, China e Rússia: a Pressão Norte-Americana

De 1987 a 1990, trabalhava na Cobra Computadores e o seu presidente era Ivan da Costa Marques. Assim que o SOX desenvolvido pela Cobra teve sua conformidade com UNIX, reconhecida formalmente pela empresa inglesa X-Open, a Academia de Ciências Russa, entrou em contato com a Cobra para que fosse

transportado o SOX para máquina RISC desenvolvida por eles. Pois, face ao controle do fluxo tecnológico realizado pelos USA, não tinham acesso à arquitetura Unix, a melhor àquele tempo. Foi assinado Acordo entre a Academia Russa e a Cobra, dentro de um pré-existente que dava abrigo a aditivos. Por força desse Acordo foram recebidos na Cobra três desenvolvedores russos. No correr dos trabalhos, surgiu oportunidade de criar uma empresa tendo por sócios a Cobra, a Academia Russa e de uma empresa chinesa com o propósito comercializar o SOX no mercado internacional. Entrou-se em contato com a Agência ABC do Ministério de Relações Exteriores - MRE e com o Serviço Nacional de Informações - SNI, os quais aprovaram a iniciativa. Durante o andamento do processo, Ivan, presidente da Cobra, informou-me que havia sido convidado pelo cônsul norte-americano para um almoço. Conversamos ao telefone sobre o tema e lhe pedi que, após o encontro, me relatasse o ocorrido. Ivan, após a realização do almoço, informou-me:

- O cônsul declarou conhecer as ações em curso de criação da empresa internacional com os russos e os chineses e que o governo dos USA era contra; portanto, a iniciativa deveria ser abortada imediatamente; caso contrário iria atuar por outras vias.

De posse das informações passadas por Ivan, fui ao encontro do Gen. Ivan de Souza Mendes do SNI. Em reunião no Palácio do Planalto, relatei-lhe o almoço havido entre Ivan, presidente da Cobra, e o cônsul norte-americano, bem como o Acordo com a Rússia envolvendo o SOX e as negociações em curso de criação da empresa internacional envolvendo também os chineses. Além disto, fiz alguns comentários sobre o controle do fluxo tecnológico feito pelo USA. Dei como exemplo a comercialização do computador Cobra 1.000, produto de origem norte-americana comercializado no Brasil sob licença, que carecia de autorização do Departamento de Estado Norte Americano para concretizar a venda. O Gen. Ivan ouviu tudo atentamente. Ao final pediu-me para que colocasse em documento o que lhe relatara inclusive o controle do fluxo tecnológico. Ao recebê-lo, o encaminharia ao Presidente Sarney. Passado alguns dias, entreguei ao Gen. Ivan o documento solicitado. Ao recebê-lo, informou-me que me chamaria, assim que tivesse a posição do presidente Sarney. Passados alguns dias, fui ao Palácio do Planalto. Ao chegar, o Gen. Ivan comunicou-me que o presidente decidira “não afrontar os USA”, portanto, todas as ações em curso para a criação da empresa internacional deveriam ser encerradas. De forma irritada, manifestei o meu desagrado e disse-lhe:

- Isto é um retrocesso, representa renúncia à soberania e prejudica o futuro do Brasil no setor de software. - Estou consciente disto, mas não temos a VI Frota!

Despedi-me agradecendo seu empenho. As ações de criação da empresa internacional foram abortadas. Perdeu-se excelente oportunidade de colocar no mercado internacional produto de ponta desenvolvido por brasileiros.

4. Desenvolvimento Nacional – Alguns Eventos Inusitados

Em 1978, quando Conselheiro da Capre, fui convidado a comparecer à Agência do SNI, localizada em Brasília. Fui recebido por duas pessoas, as quais me inquiriram sobre relatório que havia apresentado em reunião da Capre. Após expor os fundamentos do voto, perguntei se fora convidado a prestar esclarecimentos por ter negado pleito de empresa norte-americana, por razões ideológicas. Ambos negaram ter sido este o raciocínio. Após esse fato, enquanto membro do Conselho, passei a enviar cópia de todos os meus relatórios e votos para o SNI. Certa feita, quando perguntado, disse que o envio tinha por intenção não mais ser necessário comparecer ao SNI para esclarecer minhas posições.

De outra feita, tinha sido autorizado pelo Ministro-Chefe do EMFA, Gen. Samuel Alves Corrêa, a participar como debatedor em evento abordando a Política de Informática da Capre, no Congresso Nacional. Na véspera, recebi ligação telefônica de pessoa, que se apresentou como sendo do SNI, para comunicar que eu não deveria comparecer ao evento. Informei-lhe que estava autorizado por meu chefe, o Ministro, portanto, só ele poderia cancelar minha participação. Passados alguns minutos, recebi ligação de outra pessoa do mesmo órgão e com o mesmo propósito; dei a mesma resposta que dera anteriormente. Na tarde do mesmo dia, o Gen. Samuel chamou-me ao seu gabinete para comunicar que estava cancelada a minha participação como debatedor. Manifestei minha estranheza e argumentei – “o evento é público, de iniciativa do Parlamento para debater a Política desenvolvida pela Capre; o represento no Conselho da mesma; recebi sua autorização ao ser convidado; e do folder distribuído consta minha participação. Ao final das ponderações, e não ter obtido sucesso, comuniquei-lhe que iria cumprir sua “nova ordem”. Compareci ao Parlamento na data e hora previstas. Lá chegando, comuniquei à Coordenação o voto. Ao ser indagado por um jornalista se era verdade o que ouvira da Coordenação e se poderia publicar, respondi-lhe que sim. Foi publicado em manchete no jornal O Globo – “Major Fernandes foi proibido de falar no congresso pelo SNI”. Ao ser chamado pelo Ministro, confirmei que dera a informação do voto do SNI e autorizara a publicação. Em 1977, quando faleceu o professor da Escola Superior de Guerra - ESG, à época subordinada ao EMFA, que todo ano fazia palestra sob o título - “Ciência, tecnologia e Poder Nacional”, no curso “A” da Escola Nacional de Informações -

EsNI, também subordinada ao EMFA, o Ministro-Chefe me indicou para substituir o falecido. Fui ao seu encontro e ponderei: *– Ministro não tenho o curso da ESG, nem da EsNI e recentemente tive alguns conflitos profissionais com o SNI. Acha conveniente fazer esta indicação? - Na minha avaliação, no momento, não teria outro com preparo suficiente que pudesse fazer a palestra. Além disto, não existem restrições a sua participação.* Fiz a palestra por cinco anos consecutivos. Estas me habilitaram a publicar, em 1980, artigo de mesmo título, na revista Dados e Idéias do Serpro. Como é a vida! Este foi o primeiro trabalho, de minha lavra, publicado. Gostei tanto que não mais parei de escrever.

5. Origem da Secretaria Especial de Informática - SEI

Máquinas de criptografia suecas eram utilizadas por órgãos governamentais. Em 1978, vazamentos de informação em comunicações do Ministério de Relações Exteriores – MRE levaram a criação do Projeto Prólogo, visando ao desenvolvimento de máquina criptográfica nacional. Em julho de 1978, fui designado suplente do representante do EMFA no Projeto Prólogo. Ao surgir dificuldades para comprar alguns componentes no mercado norte- americano, causando dificuldades para cumprir o cronograma ou até mesmo concluir o projeto, imaginaram transformar a Capre em “biombo” facilitador do Projeto Prólogo. Em janeiro de 1979, dentro de convênio entre o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, o SNI e o MRE, com o objetivo de construir a solução “biombo”, foram ouvidas pessoas envolvidas nos processos da Capre. Muitos dos convidados, ao chegar à Brasília, faziam contato comigo buscando informação sobre o contexto da iniciativa. Como também era membro do Conselho da Capre e não fora convidado, decidi ir ao encontro do Ministro do EMFA, a quem relatei o que sabia a respeito das entrevistas que estavam sendo realizadas pelo GT. Ao final, disse-lhe o seguinte: *- Tendo em vista que estou na Ativa e sou membro do Conselho Plenário da Capre e tenho conhecimento das entrevistas já realizadas pelo GT e, até este momento, não fui entrevistado, peço Conselho de Justificação. Pois estes fatos indicam estar eu sob suspeita, portanto, quero conhecer as razões e apresentar minha defesa.* Passados alguns dias desse diálogo, a 27 de abril de 1979, fui incluído no GT na condição de representante do EMFA. O GT era Subordinado ao General Venturini, Ministro-Chefe do Conselho de Segurança Nacional - CSN, e coordenado pelo Cel. Fernandes do Exército, Chefe de Gabinete do Gen. Venturini. A seguir, consegui incluir no GT Ricardo Saur, que era funcionário da Capre. Esse trabalho deu origem a SEI, a 08 de outubro de 1979, subordinada ao Gen. Venturini.

Ainda em outubro de 1979, o Octávio Genari, à época presidente da Empresa de Processamento de Dados de São Paulo - Prodesp, convidou-me para ir ao seu encontro em São Paulo. Lá chegando, estava reunido com Yoneji Masuda, coordenador do projeto Computópolis do Japão. A seguir, conversamos. Foi quando Genari me comunicou que fora convidado pelo Gen. Venturini para dirigir a SEI e que tinha aceitado. Perguntou-me se poderia contar comigo nesse desafio; respondi que sim. Assim que chegou a Brasília, almoçamos no Hotel Nacional e me convidou para ser o número dois da SEI. Aceitei o convite e marcamos um novo encontro no CSN. Dias depois, nos encontramos no CSN; poucos minutos após ter início a reunião, Genari foi chamado à sala do Cel. Fernandes, do Exército. Ao retornar, me informou que eu tinha sido vetado para ser o seu segundo. Poucos dias depois, o Cel. Joubert, do Exército, foi designado para a função. Joubert era do SNI e tinha trabalhado no Projeto Prólogo. Ou seja, a SEI foi ocupada pelo SNI como planejado desde o início. O “Biombo” estava pronto! As máquinas criptográficas nacionais foram construídas. A criação da SEI resulta na saída de cena de quase todos os principais atores ativos da Capre.

6. Conclusão

Havia competência técnica para gerar conhecimento tecnológico e transformar este em produtos de mercado. A jejunidade do grupo nos fez apostar ser possível construir uma indústria nacional nas condições impostas. Alguns empresários nacionais foram parceiros outros não tanto. A sociedade brasileira e os agentes públicos não estavam maduros no trato de temas relacionados com conhecimento estratégico e geopolítico, bem como com ciclo virtuoso – Ciência, Tecnologia e Inovação colocada no mercado - de geração de riqueza, renda e postos de trabalho.

Poder de qualquer natureza se conquista com capacidade, trabalho, uma dose de sorte e ousadia!

REFERÊNCIAS

1. Adler, Emanuel, *Ideological "guerrillas" and the quest for technological autonomy: Brazil's domestic computer industry*, International Organization 40, 3 Summer 1986, by the Massachusetts of Techonology and the World Peace Foundation.
2. Vainsencher, Anamárcia, Valor Econômico Especial - Tecnologia & Inovação, jun/jul 2010.